

1 Introdução

Conta-se que o poeta russo Samuel Marshak, quando esteve em Londres pela primeira vez, antes de 1914, e não conhecia bem o idioma inglês, perguntou a um homem na rua: “Por favor, O que é o tempo?” O homem olhou-o muito surpreso e respondeu: “Mas essa é uma questão filosófica. Por que está perguntando para mim?” Muitos séculos atrás, um famoso padre preocupou-se com a mesma indagação e confessou que, se ninguém perguntasse, ele sabia o que era o tempo, mas se tentasse explicar teria que admitir que não sabia. Embora haja muitas idéias importantes com as quais a maior parte das pessoas concorda sem entender, só o tempo tem essa qualidade peculiar de nos fazer sentir por intuição que o compreendemos perfeitamente, desde que ninguém nos peça para explicá-lo¹.

São com estas palavras que Whitrow, um dos grandes pesquisadores da questão do tempo, inicia seu livro *O quê é o Tempo?*. Nesta passagem já fica indicada a relevância, dentro daquele escopo de questões concernentes ao que chamamos de Experiência Humana, de uma boa compreensão do tempo, de sua natureza intrínseca, e da ligação (relação) deste com a nossa experiência temporal, pois embora seja um fato que temos uma experiência temporal é igualmente fato que não temos a menor idéia de como ela se origina em nós, certamente não é da mesma forma que qualquer um dos outros sentidos.

Dentre tantas as questões que a filosofia tem para investigar pouquíssimas, a exemplo do tempo, nos dão essa sensação paradoxal de que já o conhecemos o bastante para vivê-lo de maneira plena e ao mesmo de tempo de que, a respeito dele, nada sabemos.

“De fato o tempo é uma das questões mais enigmáticas do saber humano²” e, portanto, uma das que mais carece de estudo e pesquisa, uma vez que compreender o tempo é compreender uma vertente daquilo que nós mesmos somos, criaturas temporais.

¹ Cf. Whitrow G.J. 2005: *O quê é o Tempo?*; p. 15.

² Cf. Davies, P. 1999: *O Enigma do Tempo*; p. 7.

De imediato, quando nos propomos a empreender uma pesquisa sobre a natureza do tempo, dentro dos diversos modos como essa expressão pode ser concebida, diversos impasses se colocam no caminho, como obstáculos do pensamento, e podemos resumir a essência do problema no fato de que, apesar do problema do tempo ser um dos mais fundamentais da filosofia e da ciência e permear toda a história do pensamento humano, ele raramente é um problema para a maioria das pessoas do senso-comum, justamente porque este nos causa a impressão primária de que já o compreendemos muito bem e, desde que não sejamos forçados a nos confrontar com a explicação de sua existência, vivemos nossas vidas tranquilamente sem se preocupar muito com isso.

Ou seja, muito embora a Experiência Humana (temporal ou não) seja de complexidade consideravelmente maior, nós, usualmente, seguimos nossos calendários e agendas sem nos perguntar muito pelo sentido daquilo que fazemos, ou melhor, sem nos questionar muito acerca da verdadeira natureza daquilo que está acontecendo “agora”. Uma vez que intuitivamente adotamos e manifestamos uma vivência cronológica de tempo, admitimos que o tempo flui em uma direção específica e isso constitui o paradigma máximo e absoluto da nossa experiência segundo o senso-comum e, portanto, a questão nos parece ser, desde sempre, bastante clara e simples, fato reconhecido por Santo Agostinho numa de suas famosas passagens onde se lê:

Que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam³.

Entretanto, uma breve reflexão sobre essa noção do tempo que flui nos leva a constatar que, apesar de aparentemente não-problemático, esse fluir do tempo é extremamente instável do ponto de vista conceitual uma vez que se comece a formular perguntas do tipo: - *O que é em si mesmo este tempo que flui?*

Isto pois, uma vez que o tempo flui, ele deve, segundo nos esclarece Huw Price, logicamente ser um “ente” que tem com uma de suas capacidades

(propriedades, atributos) a capacidade de fluir e mais, ter a capacidade de fluir significa fluir com uma determinada velocidade e numa determinada direção, mas com que velocidade fluiria o tempo? E em que direção?⁴

Alguns dirão que o tempo flui lenta e densamente, outros dirão que o tempo flui em velocidade acelerada e ocorrerá ainda que uma mesma pessoa, dependendo do momento e das circunstâncias, pode ter a primeira ou a segunda impressão a respeito do fluir do tempo. Dependendo até mesmo de agentes externos, como das substâncias que estiverem circulando na corrente sanguínea, por exemplo, a pessoa pode até mesmo dizer que o tempo flui no sentido contrário. Disso segue-se que nossa compreensão da nossa experiência temporal está fortemente atrelada a figura do *sujeito dessa experiência*, pois é ele, e não o próprio tempo, quem vai definir internamente (em concordância com seus sentidos e sua racionalidade) com que velocidade e em que direção flui o tempo, e, justamente por consequência disso, seria impossível determinar, para efeito de conhecimento, a verdadeira velocidade e direção do fluir do tempo.

O fato mais surpreendente disso tudo é que, mesmo não tendo todas as explicações ou comprovações, mesmo não sabendo o estatuto ontológico dessa experiência cronológica do tempo que “temos”, nos tornamos seres obsessivamente cronológicos, nossos calendários e agendas não são apenas orientações, eles tornaram-se ditadores da própria cadência de nossas vidas⁵, e a grande prova disso é o fato de que a grande maioria das pessoas não come porque tem fome, ou dorme porque tem sono, mas sim porque “está na hora”. Nas sociedades modernas, esse conceito de tempo domina de tal forma nossas atividades que fica a impressão de que essa linearidade cronológica é uma necessidade do pensamento, o que está longe de ser verdade; segundo a própria história humana nos demonstra, civilizações primitivas tinham uma noção muito vaga sobre relógios e calendários e mesmo civilizações mais próximas a nós tendiam a considerar o tempo como algo essencialmente cíclico na natureza. À luz

³ Cf. Agostinho, Sto. 1996: *Confissões*; XI 14, 17.

⁴ Várias passagens do livro de Price, *Times Arrow and Archimedes' Point*, são dedicadas a mostrar a impossibilidade de determinação da velocidade e da direção do tal “fluir do tempo” pois toda mecânica física é reversível temporalmente.

⁵ Cf. Whitrow, G. J. 1993: *O Tempo na História* ; p. 31.

da história, nossa concepção de tempo é tão excepcional quanto nossa rejeição ao místico⁶.

Como já adiantei, a origem do nosso sentido de tempo é uma questão difícil de resolver, não somente pelo fato do tempo já ter sido considerado algo *a priori*, inato, intuitivo, empírico, mecânico, deduzido científica e filosoficamente, mas também porque as teorias que pretendem explicá-lo, dada a multiplicidade de maneiras através das quais concebemos o tempo, nem sempre são claras quanto à maneira de viver a experiência do tempo a que elas estão se referindo⁷. Definir a existência de nosso sentido de tempo não é tão simples como definir a de qualquer outro de nossos cinco sentidos, pois não existe um órgão específico ao qual possamos atribuir a sensação do tempo, muito pelo contrário, pode-se observar ao longo da história do pensamento que a intuição do tempo tem muito mais a ver com a razão (com a mente) do que com qualquer órgão do corpo humano, e, portanto, o próprio tempo tem sido considerado de diversas formas pelos estudiosos, ora ele aparecerá como uma grandeza absoluta da natureza, como p.ex. na filosofia natural e na física de Newton, ora como um sentido interno, uma realidade subjetiva, como p. ex. na filosofia de Kant e nas propostas teóricas de defensores de uma física atemporal como Barbour e Price, e outras tantas vezes, o tempo aparece como uma aparentemente contraditória conjunção desses dois aspectos, como p.ex. na filosofia de Bergson.

Ou seja, conforme define Whitrow, “embora tenhamos a sensação de duração como a relação de continuidade entre nossos “agoras” com experiências passadas ou expectativas futuras, não há evidência de que nascemos com qualquer sentido de consciência temporal⁸” e, portanto, nossa intuição do tempo deve ser consequência de um enorme esforço de superar (encarar) uma existência animalesca num agora contínuo. Pouco importa sob qual aspecto estamos considerando o tempo, sobressai sempre, de alguma forma, a afirmação do instante, do presente, do “agora” – já muito bem definido por Santo Agostinho, na Idade Média, como sendo o mais real e, no entanto, o mais efêmero dos tempos e, portanto, de início e mais seguidamente tudo que temos de mais certo é a

⁶ Cf. Whitrow, G. J. 2005: *O quê é o Tempo?*; p. 16.

⁷ Cf. Ornstein, E. R. 1969: *On the Experience of Time*; p. 101.

⁸ Cf. Whitrow, G. J. 1993: *O Tempo na História*; p. 17.

brevidade instantânea do agora⁹. O agora contínuo é, por definição, a condição primária do homem nos moldes do bom selvagem¹⁰ e a superação desta condição se dá, como nos esclarece Ivan Domingues, através da reflexão acerca de dois operadores hermenêuticos fundamentais: *a intuição do efêmero* e o *desejo de eternidade*¹¹. Domingues esclarece que de início e mais seguidamente, o homem sucumbiu à sua própria natureza perceptiva que não consegue lidar satisfatoriamente com a idéia de finitude associada ao tempo e buscou negar ou esvaziar-se desse tempo, ou seja, desta percepção sensível ligada ao efêmero, à decadência e à morte. O homem tentou sempre refugiar-se deste existir provisório agarrando-se ao sentimento existencial de estar ligado à algo fixo na eternidade dentro ou fora do tempo.

Como conseqüência disso temos a certeza de que, não importa qual seja a maneira que percebemos o tempo, essa nossa percepção do tempo é construída culturalmente a partir da caducidade das coisas que vem a consciência através do instinto, do hábito e da memória e tem variado consideravelmente ao longo da história. Ou seja, mesmo hoje no mundo dominado pela ciência ocidental, onde o tempo é um aspecto determinante da nossa visão de verdade e de realidade, é compreensível que se suponha, de um modo geral, que ele – o tempo – seja intuitivamente óbvio e real. Mas, como se pode comprovar na história, isso está longe de ser verdade.

Mais do que investigar a nossa percepção do tempo é necessário para uma análise filosófica do tempo investigar também as condições *a priori* da nossa experiência do tempo e, nesse ponto, o pensamento científico ocidental se torna um grande obstáculo e, portanto, é tarefa da filosofia formular os problemas ontológicos que o modelo estrito da ciência “ignora¹²”.

Essa doutrina subjetiva ligada ao tempo cria no modelo científico um obstáculo intransponível ao acesso da realidade e, portanto, a ciência se viu forçada a colapsar essas duas noções – tempo e experiência de tempo – sob ameaça de perder seu título de “portadora da verdade”. A ciência descaracteriza

⁹ Cf. Agostinho, Sto. 1996: *Confissões*; Livro XI, Cap. 20. pág 322-328..

¹⁰ É significativo o fato de Rousseau, que exaltava a figura do bom selvagem, ter detestado o tempo e jogado fora seus relógios. Cf. Whitrow G.J. 2005: *O quê é o Tempo?*; p. 19.

¹¹ Cf. Domingues, I. 1996: *O fio e a trama (reflexões sobre o Tempo e a História)*; Cap 1 pág. 19

¹² Cf. Alquié, F. 1970: *L'Expérience*; p. 6.

totalmente em sua abstração temporal o papel do experienciador, ou seja, do sujeito das experiências. Dentro do modelo científico a realidade circunscreve-se no reino das aparências, das experiências e projetar qualquer coisa para fora destes limites é rebaixá-la imediatamente ao nível de mera especulação mística ou religiosa e/ou experiências induzidas por drogas.

O problema das condições *a priori* da experiência, tampouco da experiência do tempo, obviamente, não é formulado pela ciência, e não poderia sê-lo, sem que ela pagasse o preço da estagnação de seus próprios projetos¹³. Mais além do meramente “transcendental”, o problema do caráter ontológico do que quer que se considere como constitutivo da Experiência Humana, não pode ser endereçado à ciência. Hoje, segundo observam alguns cientistas, a Física “suspende” notoriamente a questão ontológica, comportando-se como deve se comportar toda ciência, ou seja, como a arte de fingir que *aquilo sobre o quê versam* suas teorias não faria diferença para as previsões e os resultados obtidos¹⁴.

É notório que cada campo do saber atribui a termos como “experiência” e “tempo” concepções que muitas vezes são divergentes entre si; na própria ciência o termos “experiência” e “tempo” são utilizados em larga escala. O termo experiência é geralmente utilizado como sendo aquilo que fornece um testemunho empírico de uma teoria, muito diferente da complexa noção de experiência da qual trata a filosofia, por exemplo. Como dito anteriormente, a ciência, ao ignorar os aspectos metafísicos da experiência, abre mão de grande parte dos problemas e reduz sua tarefa a mera replicação dos experimentos, deixando boa parte do trabalho conceitual para a filosofia.

No âmbito acadêmico, a questão sempre esteve, e ainda está, permanentemente em pauta e ambos, filósofos e cientistas, como p.ex. Huw Price, no seu livro *Time's Arrow and Archimedes's Point*, vem salientando a delicada e, por vezes, ingrata tarefa que é conceituar corretamente o tempo, e a experiência que deriva dele em si mesma, já que somos todos criaturas no tempo e, justamente por estarmos dentro - sermos parte integrante dessa *experiência temporal*¹⁵ que

¹³ Cf. Alquié, F. 1970: *L'Expérience*; p. 6.

¹⁴ Cf. Bell, J. S. 1987: *Speakable and Unspeakable in Quantum Mechanics*; p. 30.

¹⁵ Essa mesma que dizemos “ter” ou “experimentar”.

tentamos conceituar - do tempo, não temos exatamente um ponto de vista privilegiado para tal empresa¹⁶.

Esse trabalho se sustenta, portanto, principalmente acerca de dois conceitos fundamentais: *tempo* e *experiência*. Tempo, na medida em que visa responder a pergunta: - *Qual a verdadeira natureza do tempo?* Ou seja, o quê vem a ser o tempo em si mesmo, fora do âmbito da subjetividade, e experiência, na medida em que visa responder a pergunta: - *O quê é a nossa experiência do tempo?* E, subsequente, a pergunta a respeito de em que tempo se dá nossa experiência, se é que ela se dá efetivamente em algum tempo¹⁷.

Deste modo, não podemos deixar de nos perguntar pela natureza de algo tão determinante para vida humana: a *experiência de tempo* e fazê-lo é, necessariamente, abordar também e os dois principais termos que a definem, o *instante*, como o momento atual, e a *duração*, como testemunho do passado e expectativa temporal do futuro.

Ao envolver-se com uma análise filosófica sobre a natureza do tempo e da experiência que lhe compete é inevitável que nos depararemos com esses conceitos - instante e duração - a todo momento, uma vez que são eles a referência primária a toda e qualquer tentativa de discurso acerca da experiência temporal e a prova disso é o fato de que, para nós ocidentais, as descrições das experiências temporais se dão de maneira radicalmente dual, onde a palavra instante remete necessariamente a *intensidade de uma sensação* e a duração remete necessariamente a *multiplicidade de sensações*. Com isso renovou-se também, principalmente nos séculos XIX e XX, o interesse pela natureza da memória, caracterizada como instrumento que possibilitaria essa constante sensação da duração e sucessão do tempo e no tempo. O século XIX deu à idéia de *sucessão temporal* uma importância inédita jamais vista na vida e no pensamento humano¹⁸. No decorrer deste século, pode-se observar que a própria noção de

¹⁶ Cf. Price, H. 1996: *Time's Arrow & Archimedes' Point*. p. 4

¹⁷ Pois, como se verá adiante, essa não é bem a posição que tentarei defender aqui; em oposição a isso tentarei mostrar como essa nossa experiência temporal é, em si mesma, atemporal, ou seja, não se dá em tempo nenhum.

¹⁸ Cf. Whitrow, G. J. 1980: *The Natural Philosophy of Time*; pp. 190-191.

verdade tendeu a ser considerada dependente do tempo, ao contrário da antiga visão em que era considerada imutável e eterna¹⁹.

Quando questões como verdade e memória se apresentam como possíveis pistas ou soluções para os dilemas do tempo, percebemos o quanto a cultura, a moral, a religião e os hábitos nos separaram, principalmente em ocidentais e orientais, no que se refere ao tipo de abordagem que temos com relação a estas questões.

No oriente temos toda a tradição budista e hinduísta que carrega consigo concepções como a da *Momentaneidade de Todas as Coisas*, que, conforme a apresentação de Whitrow, postula que tudo existe num único instante de tal modo que qualquer forma existente é igualmente uma forma momentânea. Esse conceito budista de “entidades que aparecem por apenas um instante e depois desaparecem” era usado para provar que tudo é mera aparência e que a realidade absoluta escapa ao domínio do intelecto²⁰. Vê-se nas doutrinas religiosas do oriente um claro privilégio da *vertente instantânea* da experiência temporal.

No ocidente, ao contrário do que se vê no oriente, houve um privilégio da *vertente duradoura* da experiência temporal e as ciências, a filosofia e as religiões desenvolveram-se com base nessa suposta durabilidade e irreversibilidade do tempo, as ciências experimentais, no entanto, preferiram ignorar os problemas do tempo e concentrar-se apenas na suposta “*ordem eterna que rege a natureza*”²¹ e, usando para isso, o tempo apenas como a referência, a escala para marcar diferentes posições ou alterações de movimento²².

E é justamente pelo fato de ter predominado nas nossas sociedades essa vertente experimental do conhecimento, ou seja, do tempo em função de um movimento físico de um corpo, que qualquer definição de “eu”, dada por qualquer indivíduo – um “eu” qualquer –, em função de sua própria experiência do tempo, será imediatamente associada por ele a existência física de seu corpo e as diferentes posições que este corpo ocupará em movimento ou repouso. Este é o

¹⁹ Cf. Whitrow, G. J. 1993: *O Tempo na História*; p. 190-196.

²⁰ Cf. Whitrow, G. J. 1993: *O Tempo na História*; p. 104.

²¹ Como mais tarde explicaria Hume, os hábitos que depositamos na natureza na forma de Lei.

²² Cf. Piettre, B. 1994: *Filosofia e Ciência do Tempo*; p. 11.

fundamento por trás da leitura darwiniana²³ da relação entre um organismo vivo – entendido como uma máquina de sobrevivência com funcionamento integrado – e o meio ambiente.

Os adeptos contemporâneos deste tipo de teoria definem o Ser Humano como esta “máquina viva” dotada de uma capacidade sofisticada de processamento de dados que lhe confere a capacidade de conhecer o mundo e o seu papel nele; e não é difícil perceber qual o papel que ocupa o tempo numa teoria focada num processo de *evolução* em decorrência. Como demonstrado anteriormente, para a ciência, existe uma adequação tal que a minha experiência de tempo é estritamente aquilo mesmo que o tempo é, excluindo-se, é claro, quaisquer condições particulares às quais o observador em questão possa estar sujeito no momento da experiência e que possam ser determinantes para que haja uma discrepância entre a descrição do tempo e o tempo medido no relógio.

Segue-se disso que a verdadeira questão sobre o quê é realmente (em si mesmo) o tempo escapa, ou melhor, fica presa na figura de um “eu” que não se distingue dessa *entidade evolutiva* física, cultural e psicológica. É igualmente impensável para o modelo clássico de ciência dimensionar a natureza humana para algo além dessa entidade evolutiva, mas como nos mostra Whitrow, essa é apenas uma das possíveis maneiras de encarar a questão. Dentro desta perspectiva poderíamos dizer algo como: Dentro da sucessão temporal eu sou aquilo mesmo que permanece o mesmo em todos os tempos somado-se a esta mente que se reidentifica como sendo ela mesma a cada tempo.

Por outro lado há algo manifesto na vida humana que indica que há mais coisas por trás daquilo que podemos experimentar, a lista das coisas que são reais ainda que delas não possamos ter experiência direta é extensa (campos eletromagnéticos, energias...) e o próprio fato da nossa idéia de tempo ser um construto cultural mutável ao longo da história já é um bom indício de que a realidade sobre o que quer que seja o tempo não se restringe àquilo que chamamos de experiência temporal.

²³ A teoria da Evolução das Espécies por meio da Seleção Natural, apresentada por Darwin no século XIX, é considerada uma revolução filosófica no conceito de “vida”, principalmente, no que diz respeito ao tempo necessário para a sobrevivência das espécies.

Algumas ciências ocidentais, como a psicanálise p.ex., reconhecem que essa experiência temporal consciente descreve apenas uma parcela daquilo que nós somos verdadeiramente e, em vista disso, projetam, para além do consciente, uma esfera complementar de nossa natureza, que é imutável e atemporal; o dito inconsciente, seja este inconsciente individual ou coletivo, como afirmaram Freud e Jung, respectivamente.

A própria reflexão lógica consciente parece indicar que o tempo não pode se comportar exatamente como nós o percebemos. Em primeiro lugar, nós percebemos o tempo como algo contínuo e logicamente isso é complicado de se justificar uma vez que em qualquer intervalo finito de tempo deve poder haver um infinito de momentos, dependendo apenas da velocidade de captura destes momentos; quanto mais veloz a captura, mais momentos teremos dentro do mesmo intervalo e, por menor que seja a distância entre dois destes momentos, entre eles sempre deverá poder haver uma infinidade de outros momentos, ou seja, por menor que seja o intervalo entre dois momentos de tempo eles nunca se tocam, nunca são contínuos entre si. Como poderia um tempo realmente contínuo ser composto de momentos (instantes) discretos entre si? Outro impasse lógico é a própria definição de instante, se imaginamos que instante é algo que tem duração unitária, então qual seria a duração do real de um instante: 1 segundo, 0,1 segundo, 0,01 segundo? E se imaginarmos que o instante é algo que não tem duração, então como imaginar uma linha duradoura de tempo formada da justaposição de instantes que em si mesmos não tem duração alguma?

O fato é que nem a ciência e nem as concepções místicas e religiosas nos fornecem respostas definitivas para esse tipo de questionamento e nós, Seres Humanos, nos encontramos bem no meio deste embate entre forças, estamos presos entre a cruz e a espada, entre o céu e o inferno, entre o eterno e o temporal.

Nós, enquanto Seres Humanos, sentimos, frente à caducidade de todas as coisas, que nossa permanência a curto prazo está atrelada a reidentificação de nós mesmos na realidade objetiva (experiência de tempo), mas só a eternidade (não-tempo) pode nos garantir uma permanência a longo prazo.

Não podemos esperar que o homem ocidental renegue sua maneira própria de conhecer o mundo em favor de concepções místicas do oriente, mas, de igual maneira, não podemos entregar, sem pedir em troca satisfações, nossas certezas

àquela parcela da ciência ocidental, que mesmo após a relatividade²⁴, ignora uma vertente fundamental do nosso Ser. Mas será que é possível de fato ao homem transpassar o seu ponto de vista temporal e vislumbrar o eterno?

Não importando qual seja a resposta desta pergunta, parece-me que é objetivo comum da filosofia e das ciências, que estejam comprometidas com a verdade, romper com a esfera do “parece Ser”, ou simplesmente falando, com as esferas de compreensão parcial do “Ser”, para entrar na esfera do “Ser” e parece-me que o caminho para isso é compreender qual é a relação fundamental entre o temporal e o eterno e qual a verdadeira natureza do Ser do humano dentro destas perspectivas dicotômicas que o constituem.

²⁴ Pois embora a relatividade coloque o tempo dentro de uma perspectiva relativa a um observador (tempo relativo), o universo continua sendo determinado por uma rede de causa e efeitos específicos e independentes de qualquer ponto de vista.